

ADAM SMITH, A “MÃO INVISÍVEL” E A CONEXÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA

ADAM SMITH, THE “INVISIBLE HAND” AND THE CONNECTION BETWEEN DEVELOPMENT AND JUSTICE

Marco Enrico Luigi Guidi ¹

Resumo: Este ensaio propõe uma reflexão sobre a natureza do conceito de “mão invisível” no pensamento econômico de Adam Smith. Este conceito não ocorre apenas uma vez na Riqueza das Nações e três vezes em todo o trabalho de Smith, mas não pode de forma alguma ser associado a uma justificação moral do mercado como instituição espontânea que sempre garante uma alocação de recursos tão eficiente quanto justa, graças à interação de agentes econômicos guiados por motivos egoístas. Smith julga a sociedade comercial através dos olhos do espectador imparcial, que dita as leis morais. O espectador imparcial julga a prodigalidade e a especulação de forma negativa e os gastos de luxo orientados para a compra de bens duráveis de forma positiva. Ele identifica vícios morais, como a vaidade ou emulação dos ricos, como a base da acumulação de capital. Entretanto, ele está pronto para justificar esses comportamentos em nome do que agora chamamos de eficiência dinâmica, ou seja, a capacidade das escolhas econômicas de gerar desenvolvimento. A perspectiva da eficiência dinâmica também está presente quando Smith invoca a mão invisível para criticar uma forma de egoísmo que não é moralmente aceitável, a do lobby comercial que subornou governos em nome de um suposto bem público e obteve leis que protegem seu comércio da concorrência estrangeira. Smith acredita que o protecionismo prejudica, mais do que a eficiência estática do mercado, a capacidade do mercado de dar origem a um desenvolvimento equilibrado, seguindo o progresso natural da opulência. Não pode haver desenvolvimento a menos que o capital de um país seja priorizado internamente, mas para conseguir isso é mais prudente confiar no interesse dos investidores do que na proteção do comércio.

Palavras-chave: Pensamento econômico. Desenvolvimento. Justiça.

Abstract: This essay proposes a reflection on the nature of the concept of the “invisible hand” in Adam Smith’s economic thought. Not only does this concept recur only once in *Wealth of Nations* and three times in Smith’s entire oeuvre, but it can in no way be associated with a moral justification of the market as a spontaneous institution that always guarantees an efficient as well as a just allocation of resources, thanks to the interaction of economic agents guided by selfish motivations. Smith judges commercial society through the eyes of the impartial spectator, who dictates moral laws. The impartial spectator judges prodigality and speculation negatively and luxury spending geared toward the purchase of durable goods positively. He identifies real moral vices at the basis of capital accumulation, such as vanity or emulation of the rich. However, he is ready to justify these behaviors in the name of what today we call dynamic efficiency, i.e. the ability of economic choices to generate development. The dynamic efficiency perspective is also present when Smith invokes the invisible hand to criticize a form of selfishness that is not morally acceptable, that of the merchant lobby that has bribed governments in the name of a supposed public good and obtained laws that protect their trade from foreign competition. Smith believes that protectionism damages, more than the static efficiency of the market, the ability of the market to give rise to a balanced development that follows the natural progress of opulence. There can be no development if a country’s capital is not prioritized internally, but in order to achieve this, it is more prudent to rely on the interest of investors, rather than the protection of trade.

Keywords: Economic thinking. Development. Justice.

¹ Doutor em História do pensamento político, Professor titular de História do pensamento econômico na Universidade de Pisa, Departamento de Economia e Gestão. Ele tem sido professor visitante em várias universidades européias e japonesas. Seus interesses de pesquisa incluem o utilitarismo clássico, a evolução da economia italiana e europeia tanto do ponto de vista teórico como institucional, as traduções econômicas e a circulação transnacional de idéias econômicas, a metodologia da história da economia. Site: <https://unimap.unipi.it/cercapersone/dettaglio.php?ri=4244&template=dettaglio3.tpl>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6214-3723>. E-mail: marco.guidi@unipi.it

Introdução

Penso que, num trabalho multidisciplinar sobre desenvolvimento social, ambiente e justiça, em que o presente ensaio está inserido, o papel do historiador do pensamento económico não é procurar no passado ideias que possam ser repropostas no presente, porque seria ingénuo pensar que conceitos e teorias elaboradas para um mundo que, em alguns aspectos, é profundamente diferente do nosso, por mais originais e profundos que sejam, e mesmo significativos à primeira vista, podem ser aplicados hoje sem a devida cautela. Não é que não possamos ler os clássicos da ciência económica para encontrar neles ideias que possam inspirar as análises do presente e as propostas para mudar o que, na realidade que nos rodeia, parece injusto ou simplesmente ineficiente.

Mas se o fizermos, devemos estar conscientes de que lemos os textos do passado sem filtros, com os olhos dos seres humanos que hoje habitam o nosso planeta, portanto com os nossos problemas e os nossos preconceitos. Assim, apropriamo-nos inevitavelmente desses conceitos para os distorcer, para os fazer dizer algo mais do que tinham a dizer aos seus contemporâneos há um ou dois séculos atrás. O que, talvez, seja inevitável, porque é legítimo e também frutuoso, desde que o façamos de forma crítica, interpretar. Isto é o que os grandes mestres da hermenêutica filosófica do século XX, Hans Georg Gadamer (2015) e Paul Ricoeur (1986; 2013), têm afirmado, desde que tenhamos consciência de que estamos no campo da livre elaboração de novas ideias e novas teorias com materiais retirados do passado e cosidos juntos como numa manta de retalhos.

Nem é tarefa do historiador do pensamento económico, segundo o que sempre me propus, fazer da história das ideias, bem como da história dos factos, uma *magistra vitae*, de acordo com a famosa definição de Cícero em *De Oratore* (II, 9, 36). E isto embora, neste caso também, não se possa deixar de ser sensível ao que o filósofo italiano Benedetto Croce (1996) - citando o lema de Cícero - escreveu: “Se a história contemporânea salta da vida, mesmo a não contemporânea o faz, porque é evidente que só um interesse na vida presente nos pode levar a investigar um facto passado; o que, portanto, não responde a um interesse passado, mas presente”. A partir daqui, porém, pensar que a leitura - ainda que crítica e com rigor filológico - de um texto do passado pode dar-nos “lições” e “avisos” para o presente conduz inevitavelmente à mesma ingenuidade hermenêutica que anteriormente aponte.

Em vez disso, creio que é tarefa do historiador das ideias e, no meu caso, do historiador do pensamento económico, tentar explicar como chegámos ao que pensamos hoje no campo da economia e não só no campo restrito da ciência económica, mas também no campo muito mais vasto das ideologias económicas, da opinião pública sobre economia, até às mentalidades económicas mais difundidas. Para compreender esses últimos e tentar influenciá-los e mudá-los, onde são considerados problemáticos e incapazes de resolver os problemas do nosso tempo, penso que é importante fazer o que Niccolò Machiavelli (2007: III, cap. I) acreditava que tinha de ser feito para renovar as repúblicas, ou seja, “reduzi-las para os seus próprios princípios”: voltar ao momento em que foram formadas e depois refazer, passo a passo, o caminho que as transformou em ideias actuais.

Essa premissa, que é talvez tão longa como o resto desta breve nota, foi indispensável para explicar como pretendo tratar o assunto que propus novamente: a relação entre eficiência do mercado, desenvolvimento económico e justiça. É comum, de facto, entre os economistas actuais, nos manuais, nas lições de economia, associar o conceito de eficiência de Pareto à “mão invisível” de Adam Smith e ler esta última como uma prefiguração, substancialmente equivalente, dos dois teoremas fundamentais da economia de bem-estar formulados por Pareto, segundo os quais um equilíbrio de concorrência perfeita satisfaz o critério da eficiência, ou seja, maximiza o bem-estar económico entendido como a soma do excedente do consumidor e do excedente do produtor.

Bem-estar, renda nacional e justiça

Uma consequência implícita dos teoremas de Pareto é que qualquer atribuição de recursos que maximize o bem-estar colectivo não só é eficiente, mas também justa, enquanto que um compromisso entre eficiência e justiça só ocorreria em situações às quais os dois teo-

remas não podem ser aplicados:

1. mercados de concorrência imperfeita (monopólio, oligopólio, concorrência monopolística) que geram uma seca perda de bem-estar, uma vez que excluem do consumo aqueles que “não estão dispostos a pagar” o preço de equilíbrio não competitivo;
2. externalidades positivas e negativas, que o mercado não faz pagar àqueles que as geram ou delas beneficiam;
3. bens públicos, cuja produção é impossível porque cada agente racional é um cavaleiro livre, que tenta consumi-los sem pagar o custo;
4. informação assimétrica, que leva a escolhas “prudenciais” subótimas e gera os fenômenos macroeconômicos de subutilização de recursos destacados por Keynes.

Este é o campo em que, continua-se, o governo deve intervir, corrigindo as “falhas” do mercado e aumentando o bem-estar.

Será isso correcto? É verdade que cada atribuição eficiente também é adequada do ponto de vista da justiça distributiva? É verdade que as injustiças só surgem com monopólios e externalidades negativas? E como é possível resolver “falhas de mercado” quando as suas consequências ultrapassam as fronteiras nacionais e se tornam desigualdades de rendimento e de desenvolvimento económico entre diferentes regiões do mundo? Economistas contemporâneos como Amartya Sen (2011) levantaram dúvidas a esse respeito, argumentando que o mercado gera injustiça e que é tarefa da humanidade, através de uma nova consciência ética e política que vai para além das fronteiras nacionais, reduzir tais injustiças.

A questão da eficiência está também ligada ao desenvolvimento económico. De facto, para além da eficiência estática descrita pelos teoremas da economia do bem-estar, existe a eficiência dinâmica, segundo a qual uma afectação de recursos durante n períodos satisfaz o critério de eficiência dinâmica se maximizar o valor actual dos benefícios líquidos que podem ser derivados de todas as afectações possíveis destes recursos durante n períodos. Por outras palavras, os recursos actuais devem ser atribuídos de modo que o crescimento dos rendimentos seja geralmente o mais elevado possível no futuro.

Dois outros problemas, que não são fáceis de resolver, surgem aqui: o primeiro é o levantado por Sen (1999), que opôs a um desenvolvimento baseado no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) um desenvolvimento baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem em conta não só a quantidade de rendimento que uma nação pode produzir, mas também a forma como é atribuído de modo a garantir a liberdade efectiva das pessoas para perseguirem os seus objectivos mínimos de sobrevivência, segurança e crescimento cultural. O segundo problema é a quem confiar a promoção do desenvolvimento com base no IDH e não no PIB. Os defensores do mercado e da desregulamentação argumentam que o crescimento baseado no PIB pode ser melhor alcançado deixando os ricos livres para investir o seu capital na produção e também nas finanças, argumentando que essas últimas, apesar da incerteza que geram, são necessárias para o funcionamento de uma economia de mercado. A realidade, porém, é diferente dessa descrição ideológica. Como Thomas Piketty (2014; 2015) salientou, não só as desigualdades tendem a crescer globalmente, como os ricos não gastam a sua riqueza de forma eficiente e, sobretudo, não a gastam necessariamente para promover o desenvolvimento económico do seu país.

Mas mesmo que os ricos invistam todo o seu capital de forma eficiente, e esta é a segunda questão levantada, entre outras, pelo Sen, temos a certeza de que existe apenas uma atribuição de recursos que irá criar o melhor bem-estar para todos no futuro? Para dar um exemplo: se assegurar mais investimento privado implica reduzir os impostos e as despesas públicas, reduzir as oportunidades de acesso dos mais pobres à educação ou proteger a sua saúde, ou se implica reduzir os salários monetários ou o poder de compra dos trabalhadores (ou, o que é o mesmo globalmente, deslocalizar a produção para países com salários médios mais baixos, explorando a mão-de-obra local como não seria permitido nos países ricos), temos a certeza de que é correcto deixar aos investidores o direito absoluto de escolher quanto e

que prosperidade futura gerar? E além disso, temos a certeza de que o preço a pagar é o menos injusto e o mais aceitável para todos, tanto em termos de oportunidades presentes como em termos de condições de vida no futuro? Não será mais apropriado, como propõe Sen (2011), delegar essas escolhas não aos capitalistas, nem mesmo aos governos estatais individuais, mas a uma extensão substancial da democracia como debate público participativo, de acordo com a perspectiva indicada por John Stuart Mill (2018 [1861]) e Walter Bagehot (1867) no século XIX? Temos ido muito além das necessidades de um parágrafo de contextualização actual. É tempo de regressar a Smith e aos seus contemporâneos.

A mão invisível de Adam Smith: um panegírico do mercado livre?

Como bem sabem os estudiosos de Smith, a expressão “mão invisível” ocorre apenas uma vez na sua principal obra económica, *An Inquiry on the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776) e apenas três vezes em toda a obra de Smith. Um preconceito muitas vezes partilhado pelos economistas quer que esta metáfora se aplique à famosa passagem do Livro I, Capítulo 2, em que Smith afirma:

It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages (Smith 1976 [1776]: 26-27).

Por sua vez, esta passagem foi lida como um elogio frio e racional do interesse privado como princípio da acção humana: numa sociedade de mercado (uma sociedade comercial, como era chamada na época de Smith), a melhor maneira de assegurar o máximo bem-estar para todos é deixar os indivíduos interagirem com base no seu interesse. A benevolência não garante pão para todos. nos termos indicados no parágrafo anterior, seria portanto uma prefiguração dos teoremas da economia do bem-estar e a afirmação de que mercados competitivos garantem uma eficiência estática. Além disso, essa leitura da “mão invisível” tem sido associada à noção de *laissez-faire*, uma vez que só se os indivíduos forem deixados livres para negociar com base no seu próprio interesse e evitar distorcer as suas escolhas com objectivos políticos de “bem público”, ou seja, deixar a lei da oferta e da procura funcionar, é assegurado o máximo bem-estar económico.

Como veremos, esta declaração de Smith também deve ser lida de uma forma muito mais complexa. Contudo, o único passo em que a noção de “mão invisível” é mencionada por Smith não se repete nesse contexto, mas no do Quarto Livro da *Riqueza das Nações*, no qual Smith se distancia de outros “sistemas de economia política”, incluindo o “mercantil” ou o “mercantilista”, como mais tarde foi chamado por Eli Heckscher (1935), e precisamente no Capítulo II, que, como o título (“Das Restrições à Importação de Bens de Países Estrangeiros que podem ser produzidos em Casa”) deixa claro, critica o proteccionismo como uma estratégia para promover o bem-estar de uma nação. Embora a mão invisível seja de facto invocada para defender o comércio livre, tem mais a ver com a eficiência dinâmica do que estática. Assim diz Smith:

As every individual, therefore, endeavours as much as he can both to employ his capital in the support of domestick industry, and so to direct that industry that its produce may be of the greatest value; every individual necessarily labours to render the annual revenue of the society as great as he can. He generally, indeed, neither intends to promote the publick interest, nor knows how much he is promoting it. By preferring the support of domestick to that of foreign industry, he intends only his own security; and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he intends only his own gain, and he is in this, as in many other eases, led

by an invisible hand to promote an end which was no part of his intention (Smith 1976 [1776]: 456).

O problema que Smith está a enfrentar nestas páginas é a alternativa entre investimento de capital no país ou no estrangeiro. Ora, é precisamente o investimento, para Smith, a causa da acumulação de capital (o tema do Livro II da *Riqueza das Nações*) e é esta acumulação, juntamente com a divisão do trabalho (o tema do Livro I da obra) que é responsável pelo crescimento da “riqueza das nações”. Assim, assegurar que a utilização do capital escolhe a forma que mais beneficia uma nação - investimento doméstico - é, em termos modernos, o mesmo que assegurar uma eficiência dinâmica.

Tudo resolvido, então? Será que Smith recomenda o comércio livre como uma panaceia para todos os maus, o egoísmo dos capitalistas como o único motor do crescimento económico? Não é exactamente esse o caso.

Num livro de alguns anos atrás, Emma Rothschild (2002) tentou propor uma imagem diferente de Smith, não um teórico frio e dogmático do livre comércio, mas um observador apaixonado das mudanças na sociedade do seu tempo e um crítico das suas contradições, à luz da cultura iluminista que, de França, tinha chegado ao mundo académico escocês onde tinha formado. Assim, por exemplo, a sua crítica aos estatutos que regulamentavam a aprendizagem no sistema empresarial medieval não deve ser lida como uma recomendação da mais clara liberdade de negociação no mercado de trabalho, mas como uma crítica aos mecanismos de subordinação e exploração que mortificavam e humilhavam os jovens que entravam na idade activa.

Outro terreno em que Smith é um crítico apaixonado da sociedade do seu tempo é precisamente o das críticas ao “sistema mercantil” de que falamos acima. A passagem sobre a mão invisível é seguida por algumas afirmações que são citadas com menos frequência. Depois de afirmar que um dono de capital é conduzido pela mão invisível para promover o bem público sem ser essa a sua intenção, acrescenta ele:

Nor is it always the worse for the society that it was no part of it. By pursuing his own interest he frequently promotes that of the society more effectually than when he really intends to promote it. I have never known much good done by those who affected to trade for the publick good. It is an affectation, indeed, not very common among merchants, and very few words need be employed in dissuading them from it (Smith 1976 [1776]: 456).

Nada mais prejudicial para a sociedade, segundo Smith, do que os comerciantes que agem para promover o bem público. Foi o seu egoísmo, nesse caso, que os levou a governos corruptos para protegerem as suas indústrias. Mas ao fazê-lo, procuram privilégios que são prejudiciais a outras categorias e alteram, em benefício do sector comercial, aquele “progresso natural da opulência” que prevê o desenvolvimento gradual do comércio e da manufactura a partir de uma agricultura próspera.

É exagerado afirmar, como faz Rothschild, que Smith usa a metáfora da mão invisível de uma forma irónica e não séria, com a consequência de que mesmo a passagem acima deve ser lida mais pela crítica que contém ao sentido público dos proprietários de capital do que como uma declaração séria sobre o papel do investimento de capital na promoção do desenvolvimento económico. Smith acredita verdadeiramente que existe uma ordem natural na sociedade, não sem veias providenciais, e é esta ordem que gera desenvolvimento através da divisão do trabalho e da acumulação de capital.

Contudo, concordo com Rothschild quando ela diz que Smith tem uma visão crítica e ética dos mecanismos que regem a acumulação de capital. A sociedade comercial produz riqueza, mas os próprios comportamentos que produzem essas consequências não são necessariamente moralmente aceitáveis. A esse respeito, a figura do “espectador imparcial” em que se baseia a filosofia moral de Smith, tal como estabelecida na *Teoria dos Sentimentos Morais*

(1976 [1759]), assume o seu lugar. É o espectador que julga o comportamento dos indivíduos na troca de bens como em qualquer outra actividade, com base num sentimento de simpatia que, embora inato em cada ser humano - ao ponto de “[t]he greatest ruffian, the most hardened violator of the laws of society, is not altogether without it” (Smith 1976 [1759]: 9) - no entanto, pela sua natureza, não é capaz de colocar o observador que julga completamente na posição da pessoa realmente observada e julgada, ou seja, de aquele que se regozija ou sofre. Este último decide agir movido pelas paixões que o regem, mas também com base no desejo de ser aprovado pelo espectador, de persuadir este último de que as suas paixões e o seu comportamento são apropriados e em conformidade com as circunstâncias que os determinam (ibidem: 21-22).

O mecanismo do espectador e o conseqüente desejo de aprovação são, por exemplo, a base da transacção entre o consumidor e o talho ou cervejeiro que mencionámos anteriormente. Aqueles que precisam de algo, diz Smith, devem escolher entre invocar a generosa caridade dos outros e oferecer-lhes algo em troca que possam achar útil para si próprios:

A puppy fawns upon its dam, and a spaniel endeavours by a thousand attractions to engage the attention of its master who is at dinner, when it wants to be fed by him. Man sometimes uses the same arts with his brethren, and when he has no other means of engaging them to act according to his inclinations, endeavours by every servile and fawning attention to obtain their good will (Smith 1976 [1776]: 26).

Não há nada de errado em apelar à boa vontade de outros se as circunstâncias não permitirem alternativas. O espectador imparcial aprovaria tal comportamento. No entanto, Smith continua,

He has not time, however, to do this upon every occasion. In civilized society he stands at all times in need of the cooperation and assistance of great multitudes, while his whole life is scarce sufficient to gain the friendship of a few persons (ibid.).

É portanto a complexidade das relações de cooperação, indispensáveis para a sobrevivência humana, numa “sociedade civilizada”, que torna inadequadas as relações baseadas na compaixão mútua e na generosidade mútua. Quem precisa da cooperação de outros

...will be more likely to prevail if he can interest their self-love in his favour, and shew them that it is for their own advantage to do for him what he requires of them. Whoever offers to another a bargain of any kind, proposes to do this. Give me that which I want, and you shall have this which you want, is the meaning of every such offer; and it is in this manner that we obtain from one another the far greater part of those good offices which we stand in need of (ibid).

É imediatamente após essas palavras que Smith insere a famosa afirmação de que não é da benevolência, mas do interesse do cervejeiro e do talhante que obtemos o nosso alimento. Estes dois comerciantes são os nossos espectadores, e embora possam ser benevolentes e generosos em algumas circunstâncias, não o podem ser em todas as circunstâncias e com todos os estranhos. Na rapidez e ocasionalidade das relações sociais numa sociedade complexa, só podem aprovar o nosso sentimento de necessidade se nos apresentarmos como pessoas que, ao mesmo tempo, sabem compreender as suas necessidades, mas sobretudo se não exigirmos a sua compaixão, tal como não temos compaixão pelas suas necessidades, mas nos limitarmos, por assim dizer, a uma relação mais superficial, em que a dor, que também pode ser picante, da necessidade se reduz a um interesse mais tranquilo e desinteressado por algo que procuramos.

O juízo do espectador está presente, poder-se-ia dizer, em cada página da *Riqueza das*

Nações, ao ponto de se poder dizer que tudo o que conhecemos como teoria económica de Smith, desde o valor de troca baseado na quantidade de trabalho contido nos bens (válido para Smith apenas na “early and rude stage”) ou no trabalho “comandado” (válido na fase avançada da sociedade), até aos mecanismos que determinam o montante dos salários e lucros nos diferentes sectores, à distinção entre despesas produtivas e improdutivo e entre trabalho produtivo e improdutivo. Por vezes, o espectador é induzido a aprovar escolhas que parecem apropriadas, não tanto porque são úteis à sociedade. Ao contrário de Jeremy Bentham, Smith não é um utilitarista e não julga as escolhas económicas sobre a quantidade de riqueza que produzem. No entanto, o seu ponto de vista ético, baseado no julgamento do espectador imparcial, acaba por convergir com o utilitário onde, por exemplo, um comportamento é aprovado por um espectador sábio e prudente porque está mais em conformidade, precisamente, com as virtudes da sabedoria e da prudência entendidas como a capacidade de melhor satisfazer as suas próprias necessidades e as dos outros.

Assim, por exemplo, na alternativa entre a prodigalidade efémera e os gastos em bens de consumo duradouros, tais como edifícios ou mobiliário, o espectador não pode deixar de preferir este último também tendo em conta a quantidade e qualidade dos benefícios que gera. Dilapidar a própria fortuna significa não prover dignamente para si próprio e não fazer nada de benéfico para os outros. Não assim quem investe em bens duradouros, mesmo que não gaste os seus próprios recursos da forma que, absolutamente, seria mais vantajosa para a sociedade, que é o investimento produtivo:

As the one mode of expence is more favourable than the other to the opulence of an individual, so is it likewise to that of a nation. The houses, the furniture, the cloathing of the rich, in a little time, become useful to the inferior and middling ranks of people. They are able to purchase them when their superiors grow weary of them, and the general accommodation of the whole people is thus gradually improved, when this mode of expence becomes universal among men of fortune. In countries which have long been rich, you will frequently find the inferior ranks of people in possession both of houses and furniture perfectly good and entire, but of which neither the one could have been built, nor the other have been made for their use. What was formerly a seat of the family of Seymour, is now an inn upon the Bath road. The marriage-bed of James the First of Great Britain, which his Queen brought with her from Denmark, as a present fit for a sovereign to make to a sovereign, was, a few years ago, the ornament of an alehouse at Dunfermline (Smith 1976 [1776]: 347).

Segundo Smith, o consumo sustentável e de luxo oferece, portanto, pelo menos a vantagem de gerar uma espécie de justiça dinâmica: se inicialmente é prerrogativa apenas dos ricos e poderosos, quando se torna bem “em segunda mão”, diríamos hoje, permite às classes médias e mesmo aos mais pobres desfrutar de um rasto de beleza e conforto que de outra forma nunca teriam podido proporcionar! Que por detrás deste raciocínio existe uma “mão invisível” implícita, mesmo que não seja aqui mencionada, é perceptível ao compará-lo com o único passo da *Teoria dos Sentimentos Morais* em que a mão invisível é explicitamente evocada. Smith fala aqui da servidão de que um senhorio rico se rodeia para satisfazer os seus caprichos mais refinados. Embora não tenha simpatia por aqueles que emprega no seu serviço, acaba por alimentá-los em troca do seu trabalho:

It is to no purpose, that the proud and unfeeling landlord views his extensive fields, and without a thought for the wants of his brethren, in imagination consumes himself the whole harvest that grows upon them. The homely and vulgar

proverb, that the eye is larger than the belly, never was more fully verified than with regard to him. The capacity of his stomach bears no proportion to the immensity of his desires, and will receive no more than that of the meanest peasant. The rest he is obliged to distribute among those, who prepare, in the nicest manner, that little which he himself makes use of, among those who fit up the palace in which this little is to be consumed, among those who provide and keep in order all the different baubles and trinkets, which are employed in the oeconomy of greatness; all of whom thus derive from his luxury and caprice, that share of the necessaries of life, which they would in vain have expected from his humanity or his justice. The produce of the soil maintains at all times nearly that number of inhabitants which it is capable of maintaining. The rich only select from the heap what is most precious and agreeable. They consume little more than the poor, and in spite of their natural selfishness and rapacity, though they mean only their own conveniency, though the sole end which they propose from the labours of all the thousands whom they employ, be the gratification of their own vain and insatiable desires, they divide with the poor the produce of all their improvements. They are led by an invisible hand to make nearly the same distribution of the necessaries of life, which would have been made, had the earth been divided into equal portions among all its inhabitants, and thus without intending it, without knowing it, advance the interest of the society, and afford means to the multiplication of the species. When Providence divided the earth among a few lordly masters, it neither forgot nor abandoned those who seemed to have been left out in the partition. These last too enjoy their share of all that it produces (Smith 1976 [1759]: 184-185).

Isso não significa que Smith aprove o comportamento das pessoas ricas inteiramente e de forma distanciada. Na própria *Teoria dos Sentimentos Morais*, ele acredita que a acumulação de riqueza, embora não condenável em si mesma, é o resultado de um vício, a vaidade, que leva os seres humanos a tornarem-se ricos para parecerem mais importantes e poderosos do que os seus semelhantes. Mas a própria vaidade é o resultado, por assim dizer, de uma inadequação ou assimetria de julgamento por parte do espectador (pelo menos de um espectador médio que não faz todos os esforços possíveis para se colocar no papel do observado), o que leva o observado a agir exactamente assim:

It is because mankind are disposed to sympathize more entirely with our joy than with our sorrow, that we make parade of our riches, and conceal our poverty. [...] Nay, it is chiefly from this regard to the sentiments of mankind, that we pursue riches and avoid poverty (Ibid.: 50).

Assim, Smith conclui um pouco mais adiante,

From whence, then, arises that emulation which runs through all the different ranks of men, and what are the advantages which we propose by that great purpose of human life which we call bettering our condition? To be observed, to be attended to, to be taken notice of with sympathy, complacency, and approbation, are all the advantages which we can propose to derive from it. It is the vanity, not the ease, or the pleasure, which interests us. But vanity is always founded upon the belief of our being the object of attention and approbation. The rich man glories in his riches, because he feels that they naturally draw upon him the attention of the world, and that mankind are disposed to go along with him in all those agreeable emotions with which the advantages of his situation

so readily inspire him. At the thought of this, his heart seems to swell and dilate itself within him, and he is fonder of his wealth, upon this account, than for all the other advantages it procures him (Ibid.: 50-51)..

A desaprovação do pródigo surge noutra ponto da *Riqueza das Nações*, associada à condenação de outra figura social, o “projector”, o homem do projecto, que Smith identifica com o especulador imprudente. Enquanto o pródigo cai na ruína e gasta de uma forma fútil riquezas que poderiam ter provido às suas próprias necessidades e às daqueles que dependem dele, o projector investe o seu capital em empresas demasiado imprudentes, das quais corre o risco de não ganhar nada. No Capítulo II do Livro II, Smith aprova as leis de usura da época, que limitavam a taxa de juro, porque acredita que taxas de juro demasiado elevadas induzem os proprietários de capital a emprestá-lo a prodígios e projectores (a taxa de juro elevada compensa o risco de não reembolso do empréstimo), em vez de o fazer a investidores mais prudentes.

Em conclusão, sabe-se também que Smith é sensível aos danos que o sistema de produção moderno, baseado na divisão do trabalho, produz nos trabalhadores, forçando-os a tarefas repetitivas e privando-os do conhecimento do processo de produção como um todo, bem como de qualquer outro conhecimento do mundo exterior:

In the progress of the division of labour, the employment of the far greater part of those who live by labour, that is, of the great body of the people, comes to be confined to a few very simple operations; frequently to one or two. But the understandings of the greater part of men are necessarily formed by their ordinary employments. The man whose whole life is spent in performing a few simple operations, of which the effects too are, perhaps, always the same, or very nearly the same, has no occasion to exert his understanding, or to exercise his invention in finding out expedients for removing difficulties which never occur. He naturally loses, therefore, the habit of such exertion, and generally becomes as stupid and ignorant as it is possible for a human creature to become. The torpor of his mind renders him, not only incapable of relishing or bearing a part in any rational conversation, but of conceiving any generous, noble, or tender sentiment, and consequently of forming any just judgment concerning many even of the ordinary duties of private life. Of the great and extensive interests of his country, he is altogether incapable of judging; and unless very particular pains have been taken to render him otherwise, he is equally incapable of defending his country in war (Smith 1976 (1776); 781-782).

O tom apaixonado dessa descrição deixa claro quão crítico Smith é de uma das injustiças e desigualdades mais flagrantes numa sociedade onde o crescimento da riqueza é confiado à acumulação de capital, ao comércio e à manufactura. portanto, ele aprova, mais uma vez, a despesa pública no ensino básico, a única forma de dar mesmo ao “filho do homem pobre” a oportunidade de adquirir essa capacidade de compreender a realidade circundante que a divisão do trabalho lhe tem negado.

Conclusão

Como, então, se chegou a pensar em Smith como o pai do *laissez faire*, da livre iniciativa económica, da eficiência económica, em suma, que, identificada como a mão invisível, resolve em si quase todos os problemas de justiça e equidade? O espaço deste artigo não permite desenvolver uma reflexão que provavelmente ocuparia muitos livros. Emma Rothschild

argumentou que essa simplificação do pensamento de Smith começou na altura da Revolução Francesa, quando na Inglaterra e na Escócia, o destaque dos aspectos de crítica social inerentes ao pensamento de Smith podia ser considerado sedicioso. Da biografia de Smith de um dos seus alunos, Dugald Stewart, começou-se a isolar os seus argumentos a favor do mercado e da acumulação de capital dos mais críticos dos costumes dos comerciantes e proprietários e das formas mais brutais de tratamento das classes mais pobres.

À luz dos meus estudos sobre o pensamento económico do século XIX, em particular sobre os manuais de economia (Augello e Guidi 2012), acredito que os acontecimentos revolucionários do final do século XVIII têm algo a ver com isso, mas numa perspectiva a mais longo prazo. Quando, após a derrota de Napoleão, intelectuais europeus tentaram construir uma alternativa liberal aos regimes repressivos da Restauração, a propagação de uma economia política “neo-smithiana” graças a autores como Jeremy Bentham, James Mill e Jean Baptiste Say, (Steiner 2004) tornou possível a simplificação da mensagem de Smith, confiando à lei da oferta e da procura, à lei dos mercados (Say’s law) e, mais genericamente, aos mecanismos anónimos de intercâmbio, à tarefa de regular a sociedade e de assegurar o seu bem-estar e desenvolvimento económico, afastando-a da arbitrariedade dos governos e do paternalismo, mas também do capricho dos soberanos.

Essa é a “governamentalidade” de que Michel Foucault fala nas suas palestras no Collège de France em meados dos anos setenta (Foucault 2008). Este foi apenas o primeiro passo. Quando a “questão social” surgiu em meados do século, essa visão liberal tornou-se, com autores como Frédéric Bastiat, ainda mais dogmática em oposição ao socialismo, e assim tem sido até hoje, quando o *laissez faire* e a mão invisível se opõem a visões mais inclusivas, críticas das desigualdades produzidas local e globalmente pelas próprias economias de mercado. É assim, para o dizer brevemente, demasiado brevemente na verdade, que Adam Smith se tornou um frio teórico da liberdade económica.

Bibliografia

Augello, Massimo M., Guidi, Marco E.L. (2012). *The Economic Reader: Textbooks, Manuals and the Dissemination of the Economic Sciences during the Nineteenth and Early Twentieth Centuries*. London: Routledge.

Bagehot, Walter (1867). *The English Constitution*. London: Chapman and Hall.

Croce, Benedetto (1996). *Il concetto della storia, antologia a cura di A. Parente*. Roma-Bari: Laterza.

Foucault, Michel (2008). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.

Gadamer, Hans-Georg (2015). *Verdade e método, I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*, tradução de Flávio Paulo Meurer, nova revisão da tradução por Enio Paulo Giachini, 15. ed. Petrópolis, RJ e Bragança Paulista, SP: Vozes - EdUSF.

Heckscher, Eli F. (1935). *Mercantilism*. London: Allen & Unwin.

Machiavelli, Niccolò (2007). *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, glossário de Patrícia Fontoura Aranovich. São Paulo: Martins Fontes.

Mill, John Stuart (2018). *Considerações sobre o governo representativo*, tradução de Denise Bottmann, apresentação de Mauro Cardoso Simões. Porto Alegre: L&PM.

Ricoeur, Paul (1986). *Du texte à l’action*. Paris: Éditions du Seuil.

Ricoeur, Paul (2013). *Hermenêutica e ideologias*, organização, tradução e apresentação Hilton Japiassu, 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sen, Amartya (1999). **Assessing human development**, contribution made to the 1999 Human Development Report “Globalization with a Human Face”. <http://www.hdr.undp.org/en/content/assessing-human-development>

Sen, Amartya (2011). **A ideia de justiça**, tradução Denise Bottmann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.

Piketty, Thomas (2014). **O capital no século XXI**, tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Piketty, Thomas (2015). **A economia da desigualdade**, tradução de André Telles, revisão técnica de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Rothschild, Emma (2002). *Economic Sentiments. Adam Smith, Condorcet, and the Enlightenment*. Cambridge (MA): Harvard University Press.

Smith, Adam (1976) [1759]. **Theory of Moral Sentiments, Glasgow Edition**: Oxford: Oxford University Press.

Smith, Adam (1976) [1776]. **An Inquiry on the Nature and Causes of the Wealth of Nations**, Glasgow Edition: Oxford: Oxford University Press.

Recebido em 28 de abril de 2021.

Aceito em 25 de maio de 2021.